



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.259, DE 2015.
(Do Sr. Mendonça Filho e outros)

Nº 30

Altera as Leis 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), alterando as instituições político-eleitorais.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº , de
2015.**

Art. Acrescente-se o seguinte §8º ao art. 28 da Lei 9.504, de 1997, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.259, de 2015:

“Art. 28.....

§8º Nas eleições municipais, em cidades com menos de cinquenta mil eleitores, a prestação de contas será feita via ofício dos partidos, comitês financeiros e candidatos.

I – O ofício mencionado no *caput* deste parágrafo deverá tão somente conter:

- a) lista de doadores, com seus respectivos números de cadastro de pessoa física e assinaturas, em caso de doações oriundas de pessoas naturais, ou com seus respectivos números de cadastro nacional de pessoa jurídica e assinaturas de seus responsáveis legais, em caso de doações oriundas de pessoas jurídicas;
- b) registro das despesas realizadas, contendo, para cada despesa listada, o número do cadastro de pessoa física ou do cadastro nacional de pessoa jurídica do prestador de serviço ou fornecedor de material, conforme a natureza da despesa, e número do cadastro de pessoa física e assinatura do responsável pela prestação de contas;
- c) registro das eventuais sobras ou dívidas de campanha.

CD151653951501



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II – Eventuais dívidas de campanha poderão ser suportadas pelo Diretório Nacional do respectivo partido, na forma legal.

III – Nos casos disciplinados por este parágrafo, não é obrigatória a abertura de conta corrente eleitoral, podendo ser utilizado o livro-caixa para fins de controle financeiro junto à Justiça Eleitoral.” (NR)

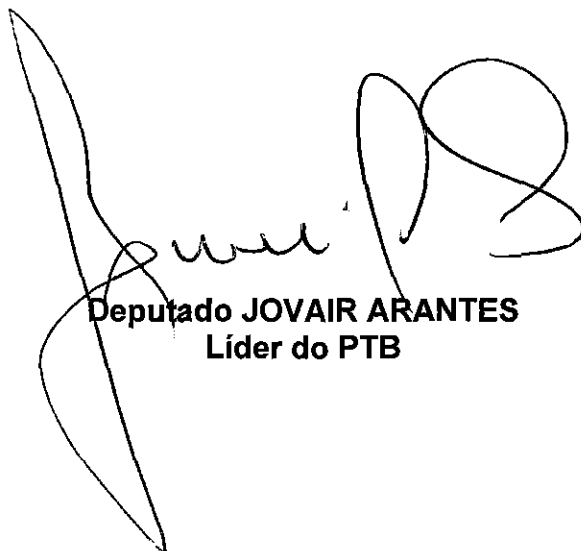
JUSTIFICATIVA

A Emenda busca simplificar a prática da prestação de contas nos municípios com menos de cinquenta mil eleitores, visando facilitar a apresentação das contas eleitorais por meio do procedimento chamado “Simples Eleitoral”.

Entende-se que a excessiva complexidade no processo não traz nenhum benefício ao controle eleitoral, e que a sua eventual desburocratização não trará qualquer prejuízo para a eficiência da fiscalização.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares, peço a aprovação da referida emenda.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 2015.



Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do PTB

CD151653951501